



A ESPERA PELA SUBIDA DAS ÁGUAS: AFETIVIDADES E REPRESENTAÇÕES DE PORTO ALEGRE NO ROMANCE *FALSO LAGO* (2023), DE CAROLINA PANTA *LA SUBIDA DE LAS AGUAS: AFECTIVIDADES Y REPRESENTACIONES DE PORTO ALEGRE EN FALSO LAGO* (2023), DE CAROLINA PANTA

Lorena Dias¹
Danielle Soares Jesus²

Resumo: Este trabalho tem como *corpus* o romance *Falso Lago* (2023), da escritora brasileira contemporânea Carolina Panta. O objetivo é investigar como a obra tematiza a destruição enquanto um evento climático aguardado pelos moradores da região das Ilhas, em Porto Alegre (RS). Além de refletir sobre as questões sociais e ambientais presentes na narrativa, considera-se a literatura de Panta como antropológica e especulativa (Nodari, 2015). Isso porque sua escrita projeta um olhar voltado tanto para o presente quanto para o futuro: a espera, anunciada desde o título deste trabalho, atravessa todo o romance, publicado em 2023, e ressoa tragicamente na realidade, quando, em 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi atingido por enchentes de caráter devastador. O trabalho também analisa como os vínculos afetivos e comunitários presentes na narrativa operam como formas de resistência diante da destruição e do abandono político. Nesse sentido, *Falso Lago* evidencia a literatura como espaço crítico de elaboração das crises sociais e ambientais produzidas pela lógica capitalista.

Palavras-chave: Catástrofe; Ilhas; Especulativa; Literatura; Carolina Panta.

Resumen: Este trabajo utiliza como *corpus* la novela *Falso Lago* (2023), de la escritora brasileña contemporánea Carolina Panta. El objetivo es investigar cómo la obra tematiza la destrucción como un evento climático esperado por los habitantes de la región de Ilhas en Porto Alegre (RS). Además de reflexionar sobre los problemas sociales y ambientales presentes en la narrativa, la literatura de Panta se considera antropológica y especulativa (Nodari, 2015). Esto se debe a que su escritura proyecta una mirada dirigida tanto al presente como al futuro: la espera, anunciada desde el título de este artículo, recorre toda la novela, publicada en 2023, y resuena trágicamente con la realidad cuando, en 2024, el estado de Rio Grande do Sul fue devastado por inundaciones. El trabajo también analiza cómo los vínculos afectivos y comunitarios presentes en la narrativa operan como formas de resistencia frente a la destrucción y al abandono político. En este sentido, *Falso Lago* evidencia la literatura como un espacio crítico de elaboración de las crisis sociales y ambientales producidas por la lógica capitalista.

Palabras clave: Catástrofe; Islas; Especulativo; Literatura; Carolina Panta.

Introdução

A literatura brasileira contemporânea escrita por mulheres tem evidenciado de forma questionadora o mundo capitalista erguido sob a égide da desigualdade. A desigualdade social e a crise climática são temas presentes no romance *Falso Lago* (2023), da autora gaúcha Carolina Panta. No romance, a região das Ilhas é o território onde o abandono político e o desejo de permanecer são sentimentos vivenciados pela comunidade. Localizadas na periferia

¹ Graduada em Letras Português/Espanhol e respectivas literaturas pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em História da Literatura (FURG). É doutoranda pelo PPGL-FURG, desenvolve pesquisa sobre a poesia brasileira feita por mulheres.

² Bacharela em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Licenciada em Artes Visuais pela FURG. É mestranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em História da Literatura (FURG), desenvolve pesquisa sobre a temática da violência na obra de Micheline Verunschik.

de Porto Alegre, as ilhas abrigam populações que vivem à margem. O ambiente é marcado pela presença constante da água, que tanto sustenta a vida quanto anuncia a destruição, assim, o elemento água compõe uma geografia íntima voltada principalmente para a sensação de angústia.

A autora Carolina Panta nasceu em Porto Alegre, é professora de Língua Portuguesa e Literatura, formada em Letras pela UFRGS. Também é editora da revista literária *La Loba*. Participou como escritora convidada da coletânea de contos escritos por mulheres *Quebra-Ventres* (2023). Publicou os romances *Dois Nós* (Metamorfose, 2019) e *Olivetti Lettera 32* (Zouk, 2021), além do livro de contos *Lama bruta* (Zouk, 2026).

Este trabalho qualitativo propõe investigar três pontos importantes presentes no romance *Falso Lago* (2023): 1) A representação da região das Ilhas e do centro urbano como realidades desiguais diante do mesmo evento climático que é a inundação; 2) As afetividades presentes na região das Ilhas a partir de uma comunidade invisibilizada pelo poder público; 3) A possibilidade de pensar o romance como uma literatura antropológica e especulativa no sentido de que a produção literária contemporânea escrita por mulheres, mais especificamente pela autora Carolina Panta, exhibe uma preocupação com os efeitos da crise climática que atinge a cidade de Porto Alegre.

A região das Ilhas em *Falso Lago* (2023)

A narrativa de Panta poderia ser apenas mais uma dentre as muitas que se ambientam na cidade de Porto Alegre (RS). Contudo, um aspecto distintivo de sua obra chama a atenção: o deslocamento da periferia para o centro da narrativa. Ao eleger a região das Ilhas para ambientar sua obra, a autora contribui para o preenchimento de uma lacuna de representação da capital do Rio Grande do Sul, bem como suscita a reflexão sobre a negligência na qual vive a população das ilhas que, devido à sua localização, está submetida a constantes enchentes.

O bairro Arquipélago, onde se localizam as ilhas, não é desconhecido pela população, tampouco pela mídia. Por localizar-se às margens do Guaíba, pode ser avistado a partir do centro da capital. No campo do audiovisual, sua representação consolidou-se no imaginário dos rio-grandenses como associada a condições de vida degradantes, cenário amplamente difundido pelo documentário *A Ilha das Flores* (1989), de Jorge Furtado. No contexto escolar

do Rio Grande do Sul, especialmente ao longo da década de 1990, essa obra foi amplamente exibida em sala de aula.

No entanto, no referido documentário, a representação parte de um olhar externo, não sendo concedida voz aos moradores. Privilegiam-se, sobretudo, imagens da população vivendo em meio ao lixo e dele retirando sua subsistência. Em *Falso Lago*, alguns personagens fazem menção a esse documentário. A protagonista Luciana, que é uma assistente social, ouve o filho comentar sobre a região das Ilhas demonstrando repulsa e desgosto diante do fato de sua mãe trabalhar nesses locais e retornar para casa sem tomar banho, como se pode observar na passagem a seguir:

Me perguntou por que eu não tomava banho quando chegava, sabe se lá por onde eu andava durante o trabalho, podia até trazer doença pra casa. Mas de onde tu tirou essa idiotice, perguntei para ele o mais calma possível logo me lembrando do descontrole de dias anteriores vendo a marca das minhas unhas em suas mãos. Não interessava, mas se eu estava realmente interessada, era só ver os livros de ciência do colégio. – Toxoplasmose, cis-ti-cer-co-se, verme, tênia, essas merdas. Só ver no livro, esses lugares que tu vai são tudo podre. A professora até mostrou um filme antigo esses dias sobre essas ilhas ou sei lá o que são. – O que é uma ilha? – Não importa, é só terra cercada de água, não? Foda-se, os caras comem direto do lixo (Panta, 2023, p. 79).

Mais adiante, no decorrer da narrativa, quando Luciana oferece carona a dona Lelé e os netos, mais uma vez o documentário é citado, agora de forma mais explícita:

Uma vez, veio uma gente aqui que tirou foto até de teia de aranha, do jeito que eu acendia o liquidinho, aí publicaram uma matéria no jornal dizendo que a gente era gente parada no tempo. Parada nada, eu que já vivi metade da vida ou mais. O relógio anda em tudo que é lugar, dona Luciana. Que nem aquela vez do documentário. Imagina, dona Luciana, a cidade inteira achando que a gente comia tomate do lixo, que bebia água do rio! Que tipo de bicho eles acham que a gente é, hein? Mostrava os nossos porcos que era pra nosso sustento como se fosse melhor que nós, era o que aquele negócio dizia. E passava na tevê quase todo sábado de tarde (Panta, 2023, p. 113).

Em ambos os trechos, os discursos proferidos pelas personagens evidenciam a marginalização do bairro Arquipélago. A imagem construída pelo documentário *Ilha das Flores* (1989) é a de animalização dos moradores e moradoras, que são esvaziados de humanidade, afetividade e dignidade. O trabalho do diretor Jorge Furtado foi de extrema importância para o cenário do audiovisual brasileiro. Com o documentário, ele inaugurou o que chamamos atualmente de hipertexto³ e construiu, de forma minuciosa, relações entre os

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=49jblxzLMZo>. Acesso em: 12 mar. 2026.

vocábulos: tomate, ser humano, planeta, dinheiro, lucro, lixo, flores, porcos, terreno, liberdade, dentre outros.

A duração do documentário é de treze minutos e oito segundos. Furtado aprofunda os vocábulos de forma pragmática e inclui o recorte social da periferia de Porto Alegre (RS). No fim do documentário, é mencionado que: “Na verdade, a maior parte das locações foi rodada na Ilha dos marinheiros município de Porto Alegre, a 2 km da Ilha das Flores”. O roteiro escrito pelo diretor Jorge Furtado trabalha o conceito de “verdade” e ironiza as distâncias entre a locação utilizada para as gravações do documentário em relação a Ilha das Flores, que é uma localização real.

Interessante notar que, ao referenciar mais de uma vez o documentário, as personagens do romance negam a identificação com o que foi representado. Nesse sentido, o trabalho de Furtado construiu um imaginário sobre a região das Ilhas, mais especificamente sobre a equiparação dos moradores e moradoras com os porcos. A relação exibida no documentário é a de que os porcos comem quase a mesma coisa que os seres humanos, a única diferença é que os humanos têm um “telencéfalo altamente desenvolvido, enquanto um porco não tem nem mesmo um polegar”. Diferentemente disso, os porcos descritos por dona Lelé são uma parte importante do sustento da população que vive na região das Ilhas.

Na tese *Literatura e cidade: cartografias metafóricas e memória insolúvel de Porto Alegre (1897-2013)*, a pesquisadora Natália Borges Polesso seleciona obras que têm como espaço a cidade de Porto Alegre. A autora identifica diversas produções que evidenciam a importância do Guaíba para a região, seja como lugar de reflexão e contemplação, seja como espaço de tragédia, como no livro *E as águas invadiram a metrópole* (1955), de Belmonte Marroni, que menciona a enchente de 1941. Contudo, o limite geográfico que se delineia nessas narrativas não cruza o Guaíba. A região das Ilhas é, em geral, observada a partir do centro de Porto Alegre ou, ainda, a partir de deslocamentos realizados por barco.

Desse modo, ao compreender a literatura não como um espelho fiel do real, mas como uma instância de recriação da realidade por meio do discurso que articula experiências e produz sentidos sobre o espaço, conforme aponta Polesso (2017), pode-se analisar que, ao escolher a região das Ilhas de Porto Alegre como cenário principal, Panta sintetiza os efeitos locais das transformações climáticas globais. Essa espacialidade periférica desafia o olhar centralizador da cidade e faz da margem o centro da narrativa. Com isso, os problemas reais

enfrentados pela população da região das Ilhas sobressaem na narrativa, dando voz a sujeitos antes invisibilizados.

A região das Ilhas, em *Falso Lago* (2023), é mais que um cenário: ela é um núcleo simbólico e político, o espaço em que se cruzam as dimensões ambiental, social e existencial do romance. Trata-se de um local frequentemente esquecido não apenas pelo Estado, como também pelos moradores da capital. Por situar-se “do outro lado da margem”, a região das Ilhas, torna-se distante da percepção daqueles que vivem no “centro da cidade” e que, muitas vezes, desconsideram as ilhas como parte do espaço urbano da capital.

Na narrativa de Panta, em diversas situações, a protagonista Luciana, ao transitar pela região, é advertida pelos moradores por se referir ao bairro como não pertencente à capital porto-alegrense: “Mas, tia, aqui é Porto Alegre” (Panta, 2023, p. 88). Kauã é um desses moradores que afirma para Luciana que a região das Ilhas é tão pertencente à capital quanto o centro urbano, sendo apenas locais diferentes da mesma cidade.

No contexto da realidade urbana da capital, a região das Ilhas é, de fato, um local invisibilizado, marcada tanto pela distância geográfica quanto pelas condições precárias de vida de parte significativa de seus moradores. O arquipélago é composto por 16 ilhas. Entre as mais populosas estão as Ilhas Grande dos Marinheiros, das Flores, do Pavão, Mauá e da Pintada, que concentram cerca de 90% da população. As desigualdades entre essas ilhas e também dentro delas são significativas, de modo que, enquanto nas três primeiras predominam moradias precárias, ausência de saneamento básico e habitações em palafitas, na Pintada se apresenta um perfil distinto, marcado pela presença de casas utilizadas para veraneio ou estadias de fim de semana.

Nesse sentido, a obra de Panta dialoga com a realidade e sintetiza as desigualdades vividas pela população das Ilhas. Isso se evidencia, por exemplo, quando Alexandre, morador e pescador da região, relata a Luciana a morte de seu filho por afogamento. Durante a conversa, ele menciona que nenhum dos filhos permaneceu na ilha e recorda a perda daquele que morreu no Guaíba:

O meu guri tinha dez anos, deve ter virado igarapé. Procurei ele mais de ano depois que os bombeiros desistiram. Tava ensinando a mexer nas redes. Era fevereiro, época boa de reprodução de peixe. As ilhas ficam com mais terra e vem aquele enxame de lancha e jet ski do povo rico ali mais de baixo e de outras ilhas aqui, né, porque nem só de pobre se faz o bairro que chama de Arquipélago. A parte sul dos marinheiros é cheia de casa grande, com fossa séptica e tudo. Mas nem sempre eles tiveram aqui, não. Foram chegando e construindo muro alto que tapava as casas e já nem se via que tinha rio ali atrás (Panta, 2023, p. 67).

De acordo com a pesquisa de Mullich (2011), ao analisar quem são os moradores da região, é evidenciada a situação de desigualdade existente no interior das ilhas, destacando que os habitantes de maior renda tendem a construir suas residências em áreas menos sujeitas a alagamentos e com melhor vista para a cidade. Nesse contexto, é possível identificar, especialmente na região sul da Ilha dos Marinheiros, a presença de residências de alto padrão, caracterizadas por “extensas áreas de terra, garagem para barco e para carros, casa para o caseiro, playground, quadra poliesportiva, alto padrão de acabamento construtivo, trapiches com atracadouros para lanchas e jetskis, píeres avarandados, quiosques, piscinas e heliponto” (Mullich, 2011, p. 63). As desigualdades identificadas no interior da própria região das Ilhas evidenciam que a marginalização não se estabelece apenas na relação entre as ilhas e o centro urbano, mas também se realiza dentro do próprio espaço insular.

Pela sua localização geográfica, as ilhas sofrem constantes ameaças de enchentes, passando por períodos em que, devido às inúmeras inundações, as habitações ficam inundadas, as estradas ficam submersas e intransitáveis, os equipamentos de uso público são fechados e as atividades de pecuária são transferidas para áreas seguras em terrenos mais altos. O episódio mais recente e grave foi a enchente ocorrida em 2024, uma catástrofe climática que submergiu Porto Alegre e afetou principalmente a região das Ilhas. Historicamente, a região é marcada pelas enchentes, mas, com o avanço da crise climática, a iminência da tragédia torna-se um pensamento constante para quem vive na região. Isso aparece na narrativa de Panta quando os moradores comentam sobre a experiência de viver esperando a tragédia.

O projeto de modernização dos grandes centros urbanos, como o da cidade de Porto Alegre (RS), é um projeto de afundamento de grupos sociais marginalizados. A cidade é uma espécie de lembrança do período colonial brasileiro, no qual a população negra, povos indígenas, idosos e as crianças são empurrados para longe do centro urbano, o qual apenas classes formadas por pessoas brancas e ricas podem ocupar. Porto Alegre, assim como outros centros urbanos do Brasil, é um lugar que sofre transformações ocasionadas pelo avanço desenfreado do que a modernidade denominou “progresso”. Para que o progresso ocorra, é necessário romper com a harmonia entre humanidade e natureza.

Nesse caso, o conceito de Antropoceno é uma das chaves de leitura para entender a ruptura brutal entre indivíduos e a terra. Conforme a pesquisadora e antropóloga Anna Lowenhaupt Tsing, no livro *O cogumelo no fim do mundo: Sobre a possibilidade de vida nas*

ruínas do capitalismo (2022), “A linha mais convincente do Antropoceno não começa com a espécie, mas sim com o advento do capitalismo moderno, que tem causado a destruição em larga escala de paisagens e ecologias” (Tsing, 2022, p. 62). Ao se referir ao sistema capitalista moderno, a autora retoma e atualiza a ideia de progresso enquanto parte da destruição e da alienação que reduz tanto os humanos quanto outros seres a apenas recursos (Tsing, 2022). O conceito de cidade é um conceito trazido pela modernidade, trata-se de um projeto desigual e construído a partir de uma paisagem fundamentada no desmatamento e na desolação, onde apenas os seres humanos são vistos como habitantes. Conforme Antônio Bispo dos Santos (2023, p. 08):

O que é a cidade? É o contrário de mata. O contrário de natureza. A cidade é um território artificializado, humanizado. A cidade é um território arquitetado exclusivamente para os humanos. Os humanos excluíram todas as possibilidades de outras vidas na cidade. Qualquer outra vida que tenta existir na cidade é destruída.

Partindo do exposto acima, é possível afirmar que a ideia que fazemos sobre “cidade” é unicamente humana, porém, na cidade, é possível compreender que alguns grupos sociais são considerados mais humanos do que outros. A cidade é o espaço do individualismo, ainda que ela seja um lugar habitado por indivíduos múltiplos e diversos. Viver em uma capital como Porto Alegre (RS) significa sobreviver de forma solitária, porque uma das marcas do progresso é a solidão e a falta de colaboração. Tsing (2022, p. 62) afirma que : “As fábulas de progresso ou de ruína não nos ensinam como pensar sobre a sobrevivência de forma colaborativa”. Colaborar, na perspectiva da modernidade, é perder (perder tempo, dinheiro, recursos e privilégios), ou seja, colaborar não é progredir. Nesse sentido, *Falso Lago*, para além de apontar as questões de extrema carência e negligência vividas pela população das Ilhas de Porto Alegre, também sugere uma possibilidade de esperança ao explorar relações afetivas de solidariedade na região.

Afetividades na subida das águas

A iminência de uma catástrofe pode ser sentida desde as primeiras páginas da narrativa de Panta. A atmosfera de tensão é gerada desde o princípio, com a espera pela tempestade, aguardada pela protagonista Luciana, que, no início da narrativa, encontra-se dentro de um transporte público. Sentada no ônibus, a personagem reflete sobre a tormenta que se anuncia: “E, com a tempestade quase caída logo ali, a perspectiva de um derramamento bíblico a castigar a humanidade de Porto Alegre era já fato consumado. Se seria punição ou

alívio ao calor de final de janeiro, só quando o vento iniciasse seu gemido se poderia dizer” (Panta, 2023, p. 10). O sentimento de espera por uma tempestade ou por uma tragédia perpassa toda a narrativa, pois é desse medo constante, da subida das águas, que a população das ilhas experiencia seu cotidiano na capital.

Ainda que a narrativa se desenvolva principalmente na região das Ilhas de Porto Alegre, há outro espaço de relevância onde se passam determinadas partes da história: o bairro onde mora Luciana com sua família. O bairro não é nomeado, no entanto, pelas características apresentadas, compreende-se tratar de um local habitado por pessoas que vivem em edifícios com segurança, porteiro e alarmes. O contraste com esses moradores se manifesta na figura de Cláudia, uma mulher em situação de rua que, coincidentemente, foi atendida por Luciana quando esta trabalhava como estagiária. Cláudia é uma personagem importante, pois evidencia o contraste entre os moradores desse espaço e a vida de uma pessoa em situação de rua, que não teve outra alternativa senão viver ali, na mendicância.

O interessante é o contraste que o livro estabelece entre a relação de Cláudia com os moradores do bairro de Luciana e a vida da população das Ilhas. Enquanto as ações de solidariedade dirigidas a Cláudia são escassas, nas ilhas a ajuda mútua entre os moradores parece constituir a principal forma de resistência e de continuidade da vida. A região das Ilhas, em *Falso Lago*, é o território onde se faz presente o abandono político e conflito com o desejo de permanecer. O ambiente é marcado pela presença constante da água, que tanto sustenta a vida quanto anuncia a destruição.

Assim, as ilhas tornam-se um espaço em que o Antropoceno é vivido de forma concreta, cotidiana, encarnada nos corpos e nas casas que se desfazem aos poucos. A espera das personagens enraíza-se nesse espaço: elas aguardam a cheia, o socorro e o colapso. Nesse sentido, as ilhas revelam o racismo ambiental que estrutura a geografia urbana: são territórios onde a degradação ambiental é normalizada e onde os corpos pobres e racializados são os primeiros a sofrer os efeitos da destruição climática.

Dessa forma, a situação das populações das ilhas pode ser pensada a partir da ideia de direito à cidade, formulada por Henri Lefebvre (2011). Para o autor, esse direito não se restringe ao acesso aos espaços urbanos, mas envolve a possibilidade da população em participar e atuar na transformação da cidade que se quer. Para Lefebvre, “o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à

apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (2011, p. 134).

Na narrativa de Panta, fica explícita a negação desse direito às populações que estão à margem da sociedade, principalmente os moradores da região das Ilhas, que vivem em condições de vulnerabilidade, expostos à precariedade, ao abandono político e convivendo com o medo da próxima tragédia. A experiência dessas populações, ficcionalizada por Panta em *Falso Lago*, destaca a desigualdade do espaço urbano porto-alegrense, no qual determinada parcela da população vai sendo afastada das garantias básicas de direito, dignidade e permanência na cidade. A obra, então, não apenas representa as ilhas como um espaço geográfico, mas expõe a negação do direito à cidade.

Em suma, as ilhas condensam o que o romance formula como uma poética do resto: o que sobra depois da destruição, o que resiste quando o Estado se ausenta e o que se recusa a desaparecer mesmo sob a ameaça constante da água. São, portanto, um espaço liminar entre a terra e o lago, entre o passado e o fim, onde se torna visível a interdependência entre crise ambiental, exclusão social e sobrevivência.

Como mencionado anteriormente, a narrativa estabelece desde o princípio essa espera pela tragédia. A espera, no enredo, não é caracterizada pelo prazer ou pela certeza de um acontecimento proveitoso. A expectativa é cultivada como assombração e tristeza, tendo em vista que, assim como o ciclo da água, a espera também é cíclica porque os efeitos da destruição já são conhecidos. Nesse sentido, a destruição anunciada durante todo o romance é uma moldura da cidade de Porto Alegre. Moldura, porque a destruição acontece nas extremidades. Não é vista no centro da cidade, mas na região das Ilhas; portanto, é invisibilizada e aterrada pelo abandono do poder público. Carolina Panta faz da região das Ilhas um lugar de resistência simbólica, onde a permanência adquire um sentido ético: continuar ali é uma forma de afirmar a existência diante do esquecimento, deslocando o olhar da destruição em si para a sobrevivência, tornando a permanência um ato político.

Durante a espera da subida das águas, os moradores seguem suas vidas, mesmo diante da iminência da tragédia. O vínculo da dor estendida à comunidade que vive nessa região não é uma dor individual, mas coletiva. Panta evidencia as afetividades entre moradores e moradoras da ilha e ilustra uma comunidade que também é parte da natureza. As pessoas que moram na região das Ilhas são atravessadas pelo apoio comum de acolhimento entre si. A personagem Almerinda exemplifica uma dessas situações. Moradora há anos da ilha, sobrevive com a ajuda que recebe dos vizinhos, resistindo à vida sem receber aposentadoria

ou sequer algum tipo de benefício. Na passagem a seguir, temos um trecho da narrativa que demonstra a condição da personagem:

Do outro lado da mesinha, ela me disse que há muito nem sabia o que era dinheiro, vivia da boa vontade dos vizinhos, não tinha mais parente vivo, não senhora, só vizinho bom que trazia compras todo mês. Mas isso não pode ser assim, Almerinda, ela me disse que sim, que andava tudo muito bem, pra ela e pros bichos não faltava nada (Panta, 2023, p. 86).

Além dos moradores, dois personagens têm papel relevante na trama ao serem pontos de apoio da comunidade: o padre Rudi e o professor Hélio. São figuras que ilustram o sistema de solidariedade da comunidade, assumindo muitas vezes funções que deveriam ser do Estado. O padre Rudi é mencionado na entrega das cestas básicas. A personagem dona Lelé relata que a ajuda dele, junto ao benefício, é o que mantém a família alimentada. Já o professor Hélio é mencionado na fala do personagem Alexandre, que nutre um profundo sentimento por ele, que lhe forneceu incentivo e acesso ao estudo na ilha. Em oposição a esses personagens, a figura do Estado como negligente é ressaltada. A primeira conversa de dona Lelé com Luciana deixa esse fato explícito:

Sempre a mesma coisa, dona Luciana. Todo ano, umas duas ou três vezes por ano a gente fica aqui, nos prometem coisa melhor, arrumar a rua ali da frente, a Nossa Senhora Aparecida, né. Quantos anos faz que a gente pede isso. Desde antes do tempo que eu era a chefe do galpão de reciclagem a gente pede. A gente sabe que isso não é culpa de vocês não, dona Luciana. A gente sabe que lá na política tem mais ratazana que aqui nas ilhas. Mas vamos entrar, dona Luciana, vamos entrar que o café da cesta básica que o padre Rudi conseguiu pra gente ainda não acabou (Panta, 2023, p. 51).

Abandonados pelos órgãos públicos e cientes de que é apenas questão de tempo até que uma nova tragédia ocorra, os moradores da região das Ilhas unem-se em comunhão, ajudando-se mutuamente e construindo laços fortes diante das tragédias diárias. Trata-se de uma comunidade que resiste apesar da imensa dificuldade de sobreviver nesse espaço alijado e estigmatizado pelo centro. O coletivo não está enraizado na terra firme, mas flutua e resiste no movimento. Essa oscilação entre o fixo e o líquido traduz uma nova forma de coletividade, própria do Antropoceno: frágil, móvel, mas ainda viva.

A espera pela destruição, em *Falso Lago*, relaciona-se a esse sentido de comunidade, uma vez que não é solitária, mas sim formada pelos laços fortes que a comunidade das ilhas constrói diariamente. Panta, assim, inscreve na literatura brasileira contemporânea uma poderosa imagem da solidariedade como resistência e da comunidade como último abrigo diante da ruína ambiental.

A comunidade, em Panta, não é idealizada: ela se constrói em meio à falta, à dor e ao medo. Mas é justamente nesse contexto de escassez que surgem gestos de solidariedade e cuidado mútuo, que ressignificam o que seria apenas um espaço de vulnerabilidade em um território de resistência. Os moradores compartilham alimentos, histórias e estratégias para enfrentar as cheias e, sobretudo, uma esperança silenciosa de permanência. Assim, a comunidade opera como forma de resistência afetiva diante da destruição. Luciana e Almerinda, durante um período intenso de chuvas e alagamento da ilha, compartilham esse momento de espera:

Almerinda não se mostrava aflita pela situação precária da casa que por certo já havia aguentado mais chuvas do que eu poderia imaginar. Me guiava pelas atividades necessárias como que em preparação a um desastre já esperado. E se sofríamos pelo gelado úmido do inverno, no abraço da comida aquecida, sorríamos juntas em meio a conversas longas. Preenchíamos nossos espaços, traçando novas engenharias, quem sabe pontes, tal qual árvore, às nossas memórias. E a ficus elástica crescia satisfeita naquele chão e metros aos lados e metros acima como se desconsiderasse ser Porto Alegre seu chão e não uma esquina de zona urbana de Kuala Lumpur (Panta, 2023, p. 151).

Do ponto de vista simbólico, a comunidade representa o que sobrevive ao fim. Enquanto o lago avança e as estruturas físicas se desfazem, o que permanece é o vínculo entre as pessoas. Essa permanência coletiva confere ao romance uma dimensão ética e política: Panta mostra que, em tempos de catástrofe, não há salvação individual, apenas sobrevivências partilhadas. A comunidade torna-se, portanto, uma forma de oposição à lógica neoliberal do isolamento e da indiferença, reafirmando a importância de viver com o outro, mesmo quando o mundo é devastado. Em síntese, a comunidade em *Falso Lago* é o que mantém o humano possível em meio ao colapso. Ela não vence a destruição, mas a enfrenta, reafirmando a importância de estar junto, de criar laços mesmo quando o território (físico e simbólico) está se desfazendo.

A Literatura antropológica e especulativa de Carolina Panta

No documentário *Ilha das Flores*, de 1989, o diretor Jorge Furtado exhibe o absurdo da imagem de mulheres e crianças esperando a sobra dos alimentos deixados pelos porcos (Furtado, 1989). O roteiro é uma investigação sobre condições humanas e não humanas de existência no território da América Latina. Furtado exerce a imaginação, conforme Josefina Ludmer: “A imaginação pública produz realidade, mas tem índice de realidade, ela mesma não faz diferença entre realidade e ficção” (Ludmer, 2013, p. 09). No audiovisual e na

literatura, a ficção é um movimento que pode produzir outras realidades. Sobre isso, Ludmer afirma: “Essa força criadora de realidade, a matéria de sua especulação, funciona segundo vários regimes de sentido e é ambivalente: pode dar volta atrás ou assumir qualquer direção” (Ludmer, 2013, p. 09).

A direção seguida pelo documentário *Ilha das Flores* (1989) é a de pensar o absurdo a partir da construção ficcional e de elementos reais. O curta-metragem não faz distinção entre ficção e realidade, são composições do fazer artístico do diretor, que utiliza a ironia para sobrepor imagens que traduzem os efeitos do sistema capitalista na sociedade, mais especificamente nas regiões periféricas do Sul global.

O romance de Panta, assim como o documentário de Jorge Furtado, é produzido sobre a cidade de Porto Alegre (RS). São produções artísticas que evidenciam percepções diferentes sobre o mesmo território e que igualmente tratam sobre questões humanas. Alexandre Nodari afirma que “A Literatura pode ser uma antropologia especulativa”, ou seja, a literatura pensa o passo por vir, imagens de um futuro próximo. Nodari e Ludmer pensam a literatura como uma poderosa entrada na máquina chamada “realidade”.

Não é obrigação da literatura, enquanto forma de arte, intervir no tempo e no espaço: ela é, antes, um exercício de liberdade criativa. Ela não tem o compromisso de imaginar mundos ou de descrever realidades distintas. Se esse compromisso existisse, a literatura sucumbiria. É evidente que a literatura pode imaginar mundos distintos do nosso, mas esse poder não é imposto a quem cria, e sim oferecido. Ao afirmar que essa possibilidade existe, compreendemos que a produção de textos literários corrobora reflexões importantes sobre o nosso lugar no mundo, o tempo e o espaço.

Mais do que sugerir futuros, a literatura imagina mundos que também são o nosso mundo e dialoga com nossas perspectivas de mundo. Nodari chama isso de “deriva”: “(...) não é a perspectiva de um mundo ou de outro, mas a de sua tradução recíproca: uma entre-perspectiva, uma perspectiva caleidoscópica, composta e atravessada por mais de uma perspectiva; (...)” (Nodari, 2015, p. 83). A entre-perspectiva possibilita múltiplos apontamentos, assim como é um caleidoscópio. Afirmar que a literatura pode especular é também afirmar que ela permite repensar realidades, os modos de ver o mundo e os afetos.

As experiências individuais e coletivas podem ser observadas no romance de Panta, elas indicam a vivência com a crise climática. O cenário de Porto Alegre é povoado por seres humanos e não humanos que esperam. As diferentes esperas ilustradas em *Falso Lago* são

cíclicas, e fazem parte do cotidiano e da rotina das pessoas. Dessa forma, as humanidades na obra de Panta são evocadas enquanto possibilidade de reinterpretar um futuro mais sensível às necessidades de um mundo que espera pela destruição.

Falso Lago, de Carolina Panta, inscreve na ficção um tema ainda em consolidação no campo literário nacional: o Antropoceno visto desde o Sul, ou seja, a experiência da destruição ambiental vivida por populações periféricas e invisibilizadas pelas narrativas hegemônicas sobre a crise climática. Diferentes formas de vida estão relacionadas ao território da cidade de Porto Alegre. Diante disso, é possível definir a criação literária da autora Carolina Panta como antropológica, não no sentido excludente e/ou definitivo, pois a literatura brasileira contemporânea segue sendo um campo em expansão. Sobre isso, Florencia Garramuño afirma:

É claro que realidade e ficção não são indistintas; veja-se bem: são os textos que, ao se instalarem na tensão de uma indefinição entre realidade e ficção, perfazem uma sorte de intercâmbios entre as potências de uma e outra ordem, fazendo com que o texto apareça como a sombra de uma realidade que não consegue iluminar-se por si mesma (Garramuño, 2014, p. 22).

Ao afirmar que o romance *Falso Lago* pode ser definido como antropológico, compreendemos as tensões entre ficção e realidade descritas nas páginas do romance. Para além disso, a narrativa potencializa relatos que são encontrados tanto no centro urbano quanto na região das Ilhas da cidade de Porto Alegre. Dessa forma, a literatura de Panta ilumina vozes silenciadas dos moradores e moradoras de territórios invisibilizados.

É importante salientar que toda antropologia talvez seja especulativa, segundo o professor Alexandre Nodari: “E, nesse sentido, talvez toda antropologia seja especulativa, isto é, imaginária, mas não menos real por isso, pois depende do ser situar-se como se fosse outro: o sujeito como se fosse objeto, o possível como se fosse atual, o inexistente como se fosse existente” (Nodari, 2015, p. 82). A “especulação” apontada por Nodari questiona a visão uniforme dos textos literários. A ficção não é apenas um “reflexo do real” ou simplesmente “farsa”, todavia a criação literária sugere mundos e é ela própria um mundo constituído como um microcosmo repleto de possibilidades e atravessamentos. Antônio Candido, no texto “Mundo desfeito e feito” afirma que estudar o texto literário é perceber que “(...) o autor pode manipular a palavra em dois sentidos principais: reforçando ou atenuando a sua semelhança com o mundo real” (Candido, 1992, p. 41).

O romance de Carolina Panta especula as consequências dos efeitos da crise climática em uma cidade que não é projetada para conter, efetivamente, a subida das águas e, conseqüentemente, o colapso ambiental, que atinge de forma mais significativa as

comunidades que moram na região das Ilhas. O futuro na obra de Panta é tensionado, as certezas são deslocadas para o sentido do “quando”. Durante o período da inundação, os sentimentos também se repetem como, por exemplo, a tristeza em deixar a própria casa e o medo dos saqueamentos:

E os coletes cor laranja da Defesa Civil insistiam com aqueles que ainda não haviam abandonado as casas de madeira comida pelas águas. E essa era gente que se negava a sair por certeza de ter o pouco que o desastre não levara saqueado por quem vivia da pedra ou não conhecia nenhum Deus. A desgraça não se importava se a rua tinha ou não nome santo, nem mesmo se essa fosse a nossa senhora, uma mãe de Nazaré (Panta, 2023, p. 160).

A teimosia dos moradores em ficar em suas casas é um sentimento que reverbera não apenas no romance, mas também durante as inundações que ocorreram em Porto Alegre (RS) em 1941 e 2024. Nas duas ocorrências, algumas pessoas foram incisivas em não deixarem os imóveis, o romance compõe um *loop* narrativo.

Ainda, a narrativa repensa sensibilidades de um tempo anterior e posterior, é uma espera contínua, como é pontuado por um morador: “– Calma, dona Luciana. A gente não desgosta da água. A gente espera por ela” (Panta, 2023, p. 161). Na voz de Alexandre, entende-se que, esperar pela subida das águas é conviver com o abandono, com as ausências, além de ter de criar mecanismos de sobrevivência.

Nodari afirma que a literatura não apenas representa o mundo, mas especula hipóteses sobre ele. *Falso Lago* (2023) exemplifica a literatura como antropologia especulativa porque imagina formas de habitar um mundo degradado pelas ausências de estruturas básicas, como moradia digna em um espaço seguro. Para além de imaginar essas ausências, o romance aponta modos de sobreviver ao colapso ambiental a partir das afetividades que nascem e se propagam em um território destruído, conforme Josefina Ludmer: “O sentido da especulação é a procura de algumas palavras e formas, modos de significar e regimes de sentido, que nos permitam ver como funciona a fábrica de realidade para poder encontrar seu avesso” (Ludmer, 2013, p. 10). Encontrar o avesso é ressignificar tragédias climáticas como a vivenciada pelo Rio Grande do Sul em 2024.

Uma das especulações presentes no romance é a sobrevivência. Importante ressaltar que a literatura não intervém diretamente na realidade, mas questiona estruturas sociais e econômicas. O mundo degradado pelo sistema capitalista, que causa desigualdade e marginalização, é o mesmo mundo de *Falso Lago*. Ao repensar essas problemáticas na criação literária, Panta exerce o *loop* narrativo.

O *loop* narrativo é mais do que uma simples repetição: é o avesso do avesso, uma forma de ampliar a literatura como construção antropológica de pensar e ser. A repetição na literatura não se faz nos moldes do documentário, como no trabalho de Furtado, que documenta, inventa e propõe um encadeamento de pensamentos e conceitos para exemplificar a miséria. De outro modo, no trabalho de Panta, a criação artística é inventiva ao ponto de humanizar moradores de rua e pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, sem o objetivo de estereotipar determinadas classes sociais e econômicas. Isso fica evidente no momento da subida das águas, quando a personagem Janaína diz:

- A gente só aceita porque é pobre, Luciana. Mas quem dá a miséria pra gente são vocês. O mesmo que dá o pão tira o resto. Vocês tudo seguem achando que a gente come resto de comida de porco. Mas se tem dia que a gente precisa comer lixo, a culpa é de vocês (Panta, 2023, p. 138).

O discurso da moradora Janaína aponta para o questionamento das desigualdades e, mais especificamente, das estruturas sociais que compõem a modernidade. O olhar da moradora revela uma presença que é ausente em muitas obras que retratam a cidade de Porto Alegre. A literatura de Carolina Panta é antropológica porque confronta esses discursos pré-concebidos e também porque atualiza questionamentos em torno das responsabilidades discursivas.

A permanência da personagem Luciana na região das Ilhas durante a enchente é marcada pela experiência de vivenciar os efeitos das mudanças climáticas forçadas. Os dados estatísticos não dimensionam o frio, a fome e o abandono sentidos pela população. Luciana questiona o seu lugar no mundo enquanto assistente social, limitada pelos recursos econômicos distribuídos para cuidar das pessoas em situação de abandono. Trabalha no “(...) setor recém-criado de atendimento a prejudicados por enchentes, *uma visão muito progressista e humana do prefeito após o grande temporal*” (Panta, 2023, p. 76, grifo da autora).

Entretanto, a escuta atenta exercida por Luciana é uma ação afetiva que envolve alteridade e mobilização. A literatura especulativa e antropológica de Carolina Panta anuncia a preocupação de observar a realidade da região das Ilhas da cidade de Porto Alegre como um espaço em constante reinvenção e propõe modos de viver que são legítimos e buscam respeitar os ciclos da natureza. Nesse sentido, a literatura pode propor experiências históricas diferentes e alertar sobre um mundo que necessita repensar os efeitos do Antropoceno.

Considerações finais

Sem a intenção de encerrar o debate acerca das múltiplas possibilidades de reflexão que a escrita de *Falso Lago* pode proporcionar, este trabalho se dedicou principalmente a apontar as contradições sociais e ambientais problematizadas pela literatura contemporânea brasileira escrita por Panta. As reflexões indicadas por meio das análises literárias possibilitam reconhecer Porto Alegre (RS) como uma cidade regida por sujeitos ainda invisibilizados. A composição do bairro Arquipélago contém seres que desejam um mundo onde a alteridade seja alcançada. Um espaço em que a vida só é possível por meio dos laços de afeto e do senso de comunidade que, mesmo diante de inúmeras tragédias, como as chuvas, as enchentes e a ausência de políticas públicas, segue resistindo.

Panta inaugura, no espaço literário de Porto Alegre, um novo lugar a ser visitado e evidenciado: a região das Ilhas. Até então sem a devida representação, na narrativa de Panta os moradores e moradoras desse lugar tomam corpo, voz e sentimentos, ocupando finalmente um lugar de evidência na literatura contemporânea brasileira. Mas, acima de tudo, a narrativa realiza um deslocamento urgente e necessário no que se refere à representação da população da Ilha em contraponto com a imagem que, por décadas, perdurou no imaginário de quem assistiu ao documentário de Jorge Furtado. Possibilita, assim, além de visibilidade, que outros olhares e outras vozes, agora humanizados, constituam uma nova forma de olhar para além do centro da cidade. Quando o leitor encerra a leitura de *Falso Lago*, possivelmente afirmará que “a região das Ilhas é também Porto Alegre”, pois é nisso que a autora insiste: que o olhar se volte do centro para além da margem, que chegue à região das Ilhas e que veja para além de pessoas vivendo com os porcos.

Nesse sentido, este estudo procurou demonstrar como esse olhar humanizado de Panta aponta também para uma esperança ao abordar as relações de afetividade e comunidade na região das Ilhas. Evidencia, seja por meio da relação da personagem Luciana com os demais moradores e moradoras da ilha, como a espera pela destruição é também um espaço de construção de afetividades, no qual a comunidade surge como um local de acolhimento e como possibilidade de vislumbrar futuros.

Ademais, compreender a literatura de Carolina Panta enquanto antropológica e especulativa não limita a potencialidade da obra. A leitura que realizamos da obra não pretende de forma alguma ser unilateral, compreendemos que o texto literário não apenas representa o mundo ou a sociedade: a criação literária envolve humanidades, ela é “um

universo próprio” (Candido, 1992, p. 41). A literatura possui vida própria (Candido, 1992), e pode ampliar as nossas sensibilidades e sugerir transformações importantes.

Referências

CANDIDO, Antonio. Mundo desfeito e refeito. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 22, p. 41-45, 1992.

FURTADO, Jorge. *Ilha das Flores* – texto original (1988). Disponível em: web.archive.org. Acesso em: 12 mar. 2026.

GARRAMUÑO, Florencia. *Frutos estranhos: sobre a inespecificidade na estética contemporânea*. Tradução de Carlos Nougué. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

ILHA das flores. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jO8xT5q4ahE>. Acesso em: 12 abr. 2026.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

LUDMER, Josefina. *Aqui América Latina: uma especulação*. Tradução de Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

MÜLLICH, Ecléa Pérsigo Moraes. *Ocupação urbana contemporânea em áreas de proteção ambiental: o caso da Ilha Grande dos Marinheiros em Porto Alegre/RS*. 2011. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) — Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

NODARI, Alexandre. A literatura como antropologia especulativa. *Revista da Anpoll*, v. 1, n. 38, p. 75–85, 2015. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/836/791>. Acesso em: 11 mai. 2025.

PANTA, Carolina. *Falso Lago*. Porto Alegre: Zouk, 2023.

POLESSO, Natalia Borges. *Literatura e cidade: cartografias metafóricas e memória insolúvel de Porto Alegre (1897-2013)*. 2017. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

TSING, Anna. *O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo*. Tradução de Jorge Menna Barreto e Yudi Rafael. São Paulo: n-1 edições, 2022.

Recebido em: 27/04/2026; **Aceito em:** 08/06/2026.